



Comissão de Direitos Humanos Irmãos Naves

*COORDENADORIA DE ESTUDOS AVANÇADOS E AÇÕES
ESTRATÉGICAS DE ENFRENTAMENTO AO CRIME
ORGANIZADO, CORRUPÇÃO E IMPUNIDADE.*

Nota de esclarecimento:

Informamos que as investigações que resultaram na prisão dos 7 (sete) integrantes da Polícia Judiciária de Londrina apresentam falhas graves que precisam ser urgentemente corrigidas.

Desde o início esta Comissão alertou para a necessidade de cautela e prudência, face ao equívoco inicial de decretar as prisões sem ouvir primeiro a versão dos Policiais acerca dos fatos.

A doutrina de investigação protetiva, conforme prevê o **Plano Orientador Nacional – Planejamento Estratégico das Polícias Judiciárias**, deve ser rigorosamente observada. Investigações unidirecionais podem resultar em graves erros judiciários, notadamente nos casos de denúncias feitas contra agentes do Estado por pessoas envolvidas e detidas na prática de atos ilícitos por estes mesmos agentes.

Quando um promotor de justiça é acusado de crime ou fraude processual, sempre alega em sua defesa que os autores da denúncia estão querendo “atrapalhar a luta do MP contra a corrupção”. Quando a acusação é direcionada aos Policiais, as palavras do denunciante, ainda que envolvido em condutas ilícitas, passam a ter “fé pública”.

Reiteramos que os Policiais presos nunca tiveram registros de irregularidades durante toda a carreira e, atuando com outras equipes foram responsáveis por mais de 600 prisões no ano de 2019. A medida de prisão e afastamento destes Policiais podem resultar em restrição da capacidade investigativa com o fortalecimento do crime organizado.

A Comissão de Direitos Humanos Irmãos Naves empreenderá todos os esforços necessários para que a verdade seja restabelecida e promoverá ainda ações restauradoras em defesa da honra destes Policiais e de seus familiares.

Recomendamos cautela aos órgãos de imprensa na divulgação dos fatos e nomes, uma vez que há indícios relevantes que apontam para um grave erro judiciário. Nenhuma política de combate à corrupção justifica a prisão temerária, a destruição de carreiras e a desestruturação das famílias.

A política de respeito aos Direitos Humanos também se aplica aos Policiais e seus direitos e garantias fundamentais devem ser respeitados.

Curitiba, 02 de abril de 2020

Marques – Claudio **Marques** Rolin e Silva

Delegado de Polícia

Coordenador Geral de Ações da CDH Irmãos